



## 1ª. CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO VALE DO PIRANGA

### DOCUMENTO BASE

#### TEMA TRANSVERSAL

A Comissão organizadora da 5ª. Conferência Nacional do Meio Ambiente, disponibilizou o documento base disponível nas plataformas de participação das conferências de meio ambiente. Da mesma forma a comissão organizadora da 1ª. CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO VALE DO PIRANGA – CIMA, propõe a leitura e reflexão do tema a seguir como transversal ao temário da Conferência Nacional de emergência climática.

#### **A BACIA DO RIO PIRANGA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA REPARAÇÃO DO DOCE E CONSEQUENTE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA**

A sub-bacia do rio Piranga destaca-se por abranger o maior número de municípios (78 municípios, sendo que 57 deles têm seus territórios totalmente inseridos nessa circunscrição hidrográfica) dentre todas as sub-bacias da bacia do rio Doce. Este fato confere à sub-bacia um papel estratégico tanto na recuperação ambiental quanto no enfrentamento das crises climáticas e sociais que afetam diretamente a região.

A bacia hidrográfica do rio Doce foi impactada, em 2015, pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. Esse evento marcou profundamente toda a região, que além dos impactos gerados diretamente pelo rompimento, passou a lidar com toda mobilização para as atividades relacionadas à reparação dos impactos do desastre. É de entendimento corrente que, um dos elementos mais importantes para a estratégia de recuperação do rio Doce, é o cuidado com suas bacias afluentes, sobretudo no que diz respeito à redução do lançamento de efluentes não tratados, conservação de nascentes e proteção dos cursos hídricos.

Também é sabido que, nos últimos quase 10 anos, desde o rompimento, a sub-bacia do Piranga não foi atendida pela estratégia de reparação de acordo com sua importância estratégica para a bacia do Doce.

Em outubro de 2024, foi assinado um novo acordo para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 2015. Este acordo prevê um investimento de R\$ 11 bilhões em saneamento básico, destacando-se como um dos





possuírem índices médio e alto de risco para inundações, enxurradas e alagamentos, possuem, também, alto risco para deslizamento de terra. Há também susceptibilidade para eventos de seca, com riscos médio e alto, com alguns municípios enquadrados como população exposta em nível muito alto.

Como já dito, o aporte de sedimentos aos cursos d'água nos períodos chuvosos é elevado, o que exige ações de conservação de solo e água. A fragilidade no monitoramento e verificação de resultados das ações de recuperação ambiental precisa ser superada para promover uma gestão sustentável da sub-bacia (CBH-Piranga, 2023, p. 221).

Há elevada demanda por água em algumas bacias afluentes onde funcionam atividades industriais minerárias, que são conjugadas com demandas por irrigação e abastecimento público urbano. Logo, há forte preocupação com conflitos pelo uso do recurso hídrico. Além disso, diversos municípios convivem com o receio e risco de novos rompimentos de barragens de mineração.

Com base nas informações apresentadas na tabela sobre a Estimativa de Custos por Programa do PDRH (CBH-Piranga, 2023, p. 232), os principais investimentos que precisam ser realizados na bacia do Piranga, que incluem os efeitos da crise climática são:

- Proteção e Conservação dos Recursos Hídricos (Programa 16) - Este é o programa que prevê o maior investimento total necessário previsto, estimado em R\$ 31.250.000,00 ao longo de curto, médio e longo prazo. As ações incluem a conservação e proteção dos recursos hídricos, que essenciais para mitigar os impactos da crise climática, como a escassez de água e a degradação ambiental, sobretudo no contexto de uma bacia já tensionada pelos efeitos do rompimento da barragem de Fundão, em 2015.
- Desenvolvimento de Ações para o Setor de Saneamento (Programa 13) – Com um investimento necessário estimado em R\$ 82.750.400,00, é o segundo maior programa em termos de custos. O foco é a melhoria do saneamento básico, que contribui diretamente para a saúde pública e a qualidade dos recursos hídricos, especialmente em períodos de eventos climáticos extremos. Essa estratégia é ainda mais essencial quando consideramos os efeitos acumulados gerados pelo rompimento da barragem de Fundão, em 2015. Nesse contexto, é ainda mais importante o tratamento de efluentes e melhoria das redes de coleta e tratamento do esgotamento sanitários gerado pelas cidades que compõem toda a bacia hidrográfica rio Doce. Nesse sentido, deve ser dada especial atenção à sub-bacia

do Piranga, que conta com o maior número de municípios dentre aquelas que compõem a bacia do Doce.

- Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos (Programa 4) - Este programa, com um custo total estimado de R\$ 708.000,00, visa a implementação e fortalecimento de sistemas de informações que permitam o monitoramento eficiente dos recursos hídricos. Isso é fundamental para antecipar e planejar respostas a eventos críticos como enchentes e secas.
- Segurança Hídrica e Eventos Críticos (Programa 8) - Com investimento necessário estimado em R\$ 625.000,00, este programa foca na gestão de segurança hídrica, reduzindo os impactos causados por eventos climáticos extremos, como enchentes e longos períodos de seca, realidade já bastante presente na região do Vale do Piranga.

Os investimentos previstos priorizam tanto a infraestrutura quanto a gestão eficiente dos recursos hídricos, destacando-se os setores de saneamento, proteção hídrica, e fortalecimento institucional. Essas ações são indispensáveis para enfrentar tanto a crise climática quanto o processo de recuperação da bacia do Doce, tensionado pelos efeitos gerados pelo rompimento da barragem de Fundão, garantindo segurança hídrica e resiliência para sua população.

A sub-bacia do rio Piranga tem um papel crucial na recuperação ambiental e na construção de um modelo sustentável para a bacia do rio Doce. Para enfrentar os desafios apresentados é necessário um esforço conjunto entre os municípios, sociedade civil e governo. A alocação eficiente de recursos, o fortalecimento da governança hídrica e o engajamento comunitário são passos fundamentais para garantir a segurança hídrica e a resiliência climática da região. Nesse sentido, é imprescindível que parte dos recursos destinados à reparação, conforme consta novo Acordo de Mariana, seja destinado ao investimento da adaptação à mudança climática na bacia do Piranga.

A 1ª CIMA, instância de participação social que tem por atribuição a definição de propostas sobre Emergência Climática para subsidiar a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, deve considerar, propor e deliberar propostas com base na realidade da bacia do rio Piranga aqui exposta.

Ponte Nova, 02 de janeiro de 2025.

Comissão Organizadora da 1ª. CIMA

**Associação Microrregional de Municípios do Vale do Rio Piranga**

